Parágrafo único - As propostas de que trata o caput deste artigo serão submetidas à Comissão Intersecretarial, após análise e manifestação do Grupo Técnico de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas, a quem cabe prestar suporte e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e às instâncias decisórias no tocante à Bonificação por Resultados, conforme estabelecido no Decreto nº 62.598, de 29 de maio de 2017, que tratou da reorganização da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Artigo 2º – As propostas, contendo, num único processo, os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, metas e linhas de base, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I – descrição dos indicadores, justificativa de sua importância estratégica para a organização, detalhamento da metodologia proposta para apuração, incluindo fórmulas de cálculo, unidades de medida, padrão de desempenho esperado a médio prazo, setor responsável pelo indicador na organização, peso do indicador na cesta de indicadores, período de apuração, fonte dos dados, considerações sobre recomendações anteriores emitidas pelas instâncias técnica e decisória da política de BR, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação do indicador;

II – justificativa e detalhamento da metodologia utilizada para a determinação dos valores de meta e linha de base, e série histórica de desempenho dos últimos 4 (quatro) anos, no mínimo, quando houver, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação das metas e linhas de base propostas;

III – quantidade de servidores aptos a receber a bonificação e número dos que a receberam no ano anterior;

IV - valor total pago a título de Bonificação por Resultados no ano anterior e previsão do gasto esperado com a BR de 2017.

V – apresentação das minutas de resolução conjunta, a que define os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a que fixa as metas, linhas de base e os respectivos pesos no Índice Agregado de Cumprimento de Metas.

Artigo 3º - As autarquias deverão elaborar propostas de indicadores e metas próprias, as quais serão submetidas à apreciação da comissão intersecretarial por intermédio do dirigente da Pasta a que estiverem vinculadas, observando-se o prazo estabelecido no artigo 1º desta resolução conjunta.

Artigo 4º - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Extrato do 1º Termo de Aditamento
PROCESSO SPDOC 86.537/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO, INCISO XIII, DO ARTIGO 24, DA LEI FEDERAL 8.666/93
CONTRATO 01/2016
CONTRATANTE – Casa Civil - Subsecretaria de Comunicação
CONTRATADA – Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE

OBJETO – Prestação de Serviços de Administração de Bolsas de estágios

VALOR – R\$ 185.318,40
CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS – 339039 – 04.122.2825.5344.0000
VIGÊNCIA – 12 meses, a partir de 01-08-2017 ATÉ 31-07-2018

PARECER C/SG 193/2017 de 11-07-2017
DATA DE ASSINATURA – 28-07-2017

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

Despacho da Diretora Adjunta Administrativa, de 2-8-2017

Adjudicando e Homologando a classificação apresentada pelo Proreitor referente ao Pregão Eletrônico AGEM 0002/2017 – Processo AGEM 0025/2017, Oferta de Compras-OC 2825012805820170C00011, que tem por objeto a Prestação de Serviços de Desratização, Desinsetização e Descupinização, à empresa classificada em primeiro lugar HELENA MIRANDA MUNIZ-SANEAMENTO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – EIRELI – ME, pelo valor total negociado de R\$1.950,00.

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-10, de 2-8-2017

Dispõe sobre procedimentos, tramitação e prazo para a apresentação das propostas de indicadores, critérios de apuração e avaliação, linhas de base e metas, visando o pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos servidores a que se referem as LC 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo, da Fazenda e de Planejamento e Gestão, observadas suas responsabilidades derivadas das LC 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014, resolvem:

Artigo 1º - As propostas de Bonificação por Resultados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2017, deverão ser autuadas e registradas no órgão e entidade interessados, processadas em expedientes exclusivos para essa finalidade, e encaminhadas à Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio do Grupo de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas, da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação, até o dia 21 (vinte e um) de agosto de 2017.

Parágrafo único - As propostas de que trata o caput deste artigo serão submetidas à Comissão Intersecretarial, após análise e manifestação do Grupo Técnico de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas, a quem cabe prestar suporte e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e às instâncias decisórias no tocante à Bonificação por Resultados, conforme estabelecido no Decreto nº 62.598, de 29 de maio de 2017, que tratou da reorganização da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Artigo 2º – As propostas, contendo, num único processo, os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, metas e linhas de base, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I – descrição dos indicadores, justificativa de sua importância estratégica para a organização, detalhamento da metodologia proposta para apuração, incluindo fórmulas de cálculo, unidades de medida, padrão de desempenho esperado a médio prazo, setor responsável pelo indicador na organização, peso do indicador na cesta de indicadores, período de apuração, fonte dos dados, considerações sobre recomendações anteriores emitidas pelas instâncias técnica e decisória da política de BR, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação do indicador;

II – justificativa e detalhamento da metodologia utilizada para a determinação dos valores de meta e linha de base, e série histórica de desempenho dos últimos 4 (quatro) anos, no mínimo, quando houver, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação das metas e linhas de base propostas;

III – quantidade de servidores aptos a receber a bonificação e número dos que a receberam no ano anterior;

IV - valor total pago a título de Bonificação por Resultados no ano anterior e previsão do gasto esperado com a BR de 2017.

V – apresentação das minutas de resolução conjunta, a que define os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação,

bem como a que fixa as metas, linhas de base e os respectivos pesos no Índice Agregado de Cumprimento de Metas.

Artigo 3º - As autarquias deverão elaborar propostas de indicadores e metas próprias, as quais serão submetidas à apreciação da comissão intersecretarial por intermédio do dirigente da Pasta a que estiverem vinculadas, observando-se o prazo estabelecido no artigo 1º desta resolução conjunta.

Artigo 4º - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução SG-34, de 2-8-2017

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

O Secretário de Governo, com fundamento no art. 60, II, do Dec. 61.036-2015, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública - Polícia Civil de São Paulo - Delegacia Seccional de Polícia de Fernandópolis, conforme ofício 11-17 de 31-5-2017, à Prefeitura Municipal de Fernandópolis, em atendimento ao ofício 347-17 de 31-5-2017, materiais relacionados às fls. 4, 5, 6, 7 e 8, em deferimento ao contido no processo Fussesp-498.468-2017.

Artigo 2º - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o art. 1º não forem retirados dentro de 30 dias.

Artigo 3º - O prazo para uso dos materiais é de 6 meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comunicado
EDITAL 1-2017
AVISO DE LICITAÇÃO
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP

Encontra-se aberto, conforme decisão exarada pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED em sua 20ª Reunião Extraordinária, processo de alienação das ações integrantes do bloco de controle da CESP, na modalidade de leilão, a ser realizado na B3 S.A. em 26-9-2017 às 10:00 horas.

O edital e anexos encontram-se acostados no Processo Administrativo 12091959115-2016, disponível para consulta na Coordenadoria de Serviços e Tecnologia Compartilhados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Os documentos também estão disponibilizados para acesso nos seguintes endereços eletrônicos: www.vendacesp.com.br; www.fazenda.sp.gov.br

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

Despacho do Diretor, de 24-07-2017

O Diretor de Investimentos decide pelo não acatamento da Defesa Prévia e das Alegações Finais relativas à notificação NOT. DIN.0136/11, e que seja imposta à Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - CART a pena de multa, conforme Tipificação: 27. Estudos e Projetos, Item 1, Grupo I, Nível e do Anexo 11 do Edital.

Nesta oportunidade, fica facultado à Concessionária, nos termos do art. 63, inciso VIII, combinado com o art. 44, ambos da Lei Estadual 10.177/98, a interposição de RECURSO ao Conselho Diretor da Artesp, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. (Processo 011.095/11 - Protocolo 181.109/11).

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Despachos do Diretor, de 02-08-2017

Autos 9010/DER/80 - 2º vol. - Expresso Itamarati S/A. DEFIRO o pedido de fls. 128/138, e assim AUTORIZO, em caráter precário, a operação da presente permissão, conforme tabela de horários e distâncias de fl. 132.

Autos 5714/DER/67 - 3º vol. - Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. DEFIRO o pedido de fl. 85, e assim AUTORIZO, em caráter precário, a operação da presente permissão, conforme tabela de horários e distâncias de fl. 64, devendo a empresa apresentar a tabela de acordo com o padrão da Artesp, para sua legalização.

Autos 0016/Artesp/09 - Viação Cometa S/A. DEFIRO o pedido de fl. 69, e assim AUTORIZO, em caráter precário, a operação da presente permissão, conforme tabela de horários e distâncias de fl. 50.

Autos 3325/DER/59 - 4º vol. - Empresa Princesa do Norte S/A. DEFIRO o pedido de fls. 361/370, e assim AUTORIZO, em caráter experimental pelo prazo de 90 (noventa) dias, a operação da presente permissão, conforme tabela de horários e distâncias de fl. 365.

CASA MILITAR

Despacho do Chefe de Gabinete, de 1º-8-2017

Assumindo, as funções de Responsável Financeiro da UGF 510003 - Casa Militar a contar de 1º-8-2017, ao Maj PM José Aquiles Brunetti, CPF 022.420.948-58, nos termos da letra h do inc. II do art. 31 e em harmonia com o inc. IV do art. 62, tudo do Dec. 48.526-04.

Despacho do Ordenador de Pagamento, de 1º-8-2017

Nos termos do art. 5º e do inc. III do art. 29 da LF 8.666-93; do art. 6º da LE 12.799-2008; o inc. II do art. 94 das instruções 2-2016 - (TCE/SP), faz saber o impedimento de pagamento da 2017PD00904, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica da UGE 510109, visto o credor estar inscrito no Cadin Estadual.

Planejamento e Gestão

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-10, de 2-8-2017

Dispõe sobre procedimentos, tramitação e prazo para a apresentação das propostas de indicadores, critérios de apuração e avaliação, linhas de base e metas, visando o pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos servidores a que se referem as LC 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014

O Secretário-Chefe da Casa Civil e os Secretários de Governo, da Fazenda e de Planejamento e Gestão, observadas suas responsabilidades derivadas das LC 1.078-2008, 1.079-2008, 1.086-2009, 1.104-2010, 1.121-2010 e 1.245-2014, resolvem:

Artigo 1º - As propostas de Bonificação por Resultados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2017, deverão ser autuadas e registradas no órgão e entidade interessados, processadas em expedientes exclusivos para essa finalidade, e encaminhadas à Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio do Grupo de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas, da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação, até o dia 21 (vinte e um) de agosto de 2017.

Parágrafo único - As propostas de que trata o caput deste artigo serão submetidas à Comissão Intersecretarial, após análise e manifestação do Grupo Técnico de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas, a quem cabe prestar suporte e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e às instâncias decisórias no tocante à Bonificação por Resultados, conforme estabelecido no Decreto nº 62.598, de 29 de maio de 2017, que tratou da reorganização da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Artigo 2º – As propostas, contendo, num único processo, os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, metas e linhas de base, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I – descrição dos indicadores, justificativa de sua importância estratégica para a organização, detalhamento da metodologia proposta para apuração, incluindo fórmulas de cálculo, unidades de medida, padrão de desempenho esperado a médio prazo, setor responsável pelo indicador na organização, peso do indicador na cesta de indicadores, período de apuração, fonte dos dados, considerações sobre recomendações anteriores emitidas pelas instâncias técnica e decisória da política de BR, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação do indicador;

II – justificativa e detalhamento da metodologia utilizada para a determinação dos valores de meta e linha de base, e série histórica de desempenho dos últimos 4 (quatro) anos, no mínimo, quando houver, e pesquisas ou outras informações complementares úteis à compreensão e avaliação das metas e linhas de base propostas;

III – quantidade de servidores aptos a receber a bonificação e número dos que a receberam no ano anterior;

IV - valor total pago a título de Bonificação por Resultados no ano anterior e previsão do gasto esperado com a BR de 2017.

V – apresentação das minutas de resolução conjunta, a que define os indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a que fixa as metas, linhas de base e os respectivos pesos no Índice Agregado de Cumprimento de Metas.

Artigo 3º - As autarquias deverão elaborar propostas de indicadores e metas próprias, as quais serão submetidas à apreciação da comissão intersecretarial por intermédio do dirigente da Pasta a que estiverem vinculadas, observando-se o prazo estabelecido no artigo 1º desta resolução conjunta.

Artigo 4º - Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 24-7-2017

Processo: SPG 1703/2015
 Interessado: GRUPO CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS - GCTI

Assunto: Alienação, através de leilão, de veículos com direito a documentação e veículos em fim de vida útil, depositados no Pátio Diadema/SP - Decretos 56.827/2011 e 57.220/2011 - (Leilão 04/2015).

Diante dos elementos de instrução do Processo SPG 1703/2015, e nos termos do Parecer C/SPG 143/2017 (fls. 943/948), tendo-se em conta que Nelson Satoshi Matsumoto, CPF 076.660.018-19, pagou lance vencedor por ele ofertado no Leilão de Veículos 04/2015 (Lote 225) com cheque sem fundo, Decido, nos termos do item IV, do art. 87, da Lei Federal 8666/93, aplicar ao caso vertente, a pena de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar a Administração Pública enquanto persistirem os motivos determinantes da punição, bem como aplicar, nos termos da Resolução SEP 06/90, multa de 20 %, calculada sobre a obrigação não cumprida, no valor de R\$ 840,00.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 24-7-2017

Processo: SPG 1703/2015
 Interessado: GRUPO CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS - GCTI

Assunto: Alienação, através de leilão, de veículos com direito a documentação e veículos em fim de vida útil, depositados no Pátio Diadema/SP - Decretos 56.827/2011 e 57.220/2011 - (Leilão 04/2015).

Diante dos elementos de instrução do Processo SPG 1703/2015, e nos termos do Parecer C/SPG 143/2017 (fls. 943/948), tendo-se em conta que o Mário Sana Kashiwagui, CPF 048.231.098-52, como leiloeiro do Leilão de Veículos 04/2015, deixou de prestar informações requeridas pela Secretaria de Planejamento e Gestão, em afronta ao inciso X, da Cláusula IV do edital do mencionado leilão, Decido, nos termos do item III, do art. 87, da Lei Federal 8666/93, aplicar pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 6 meses.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 28-7-2017

Processo: SPG 0473/2016
 Interessado: GRUPO CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS - GCTI

Assunto: Processo Incidentar Sancionatório
 Diante das questões de fato e de direito constantes em Parecer do servidor responsável, exarado no processo virtual 290101.2017.03230.SADM, bem como constante ao processo 0473/2016, à fls. 1.182, referente a DARIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, determino o arquivamento dos autos incidentais.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 28-7-2017

Processo: SPG 0473/2016
 Interessado: GRUPO CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS - GCTI

Assunto: Processo Incidentar Sancionatório
 Diante das questões de fato e de direito constantes em Parecer do servidor responsável, exarado no processo virtual 290101.2017.03229.SADM, bem como constante ao processo 0473/2016, à fls. 1.177, referente a ISMAR COMPIAM BOLINA, determino a aplicação da sanção de multa de 20% sobre o lance oferecido e não pago, resultando na quantia de R\$680,00.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 14-7-2017

Processo SPG: 0040/2017
 Interessado: GABINETE DO SECRETÁRIO
 Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

À vista da ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico 007/2017 às fls. 260/272 bem como dos demais elementos de instrução dos autos, especialmente a manifestação de fls. 340, decido.

III- Homologo, nos termos do inciso VII, do Artigo 3º, do Decreto 47.297 de 06-11-2002, c/c com as Resoluções CC-27 de 25-05-2006 e CC-52 de 26-11-2009, o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico 007/2017, Processo SPG 0040/2017, realizado em 20-06-2017, Oferta de Compra 2901010000120170C000044, tendo como critério de julgamento "Menor Preço", declarando como vencedora a empresa DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP, no valor total de R\$ 0,0030 (trinta décimos de milésimo de real) referente à Taxa de Transação (transaction fee) para bilhete transporte nacional, para o período de 15 meses.

UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

Comunicado

Decisões Finais Sobre Inspeção de Saúde para Fins de Ingresso

NOME-RG-CARGO-Certificado de Sanidade e Capacidade Física-CSCF-DECISÃO

Defensoria Pública do Estado

GUILHERME PAULO MARQUES - RG 448964053 - DEFENSOR PUBLICO EST. NIVEL I - CSCF 14695/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

Poder Judiciário

ANA LETICIA SILVA - RG 361785902 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14672/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

FERNANDA SOARES LOPES COUTO - RG 4967876 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14659/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

GILMAR APARECIDO BABINSK - RG 342330640 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14658/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

KELVIN DA COSTA RODRIGUES - RG 355767545 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14663/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MAXIMILIANO DE LUCAS MARCHESI - RG 496217021 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14671/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

NELSON APARECIDO TELES DE ALMEIDA - RG 192978706 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14664/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

VITOR ANDRE SESTI DE GOIS - RG 457370002 - ESCRIVENTE TECN JUDICIARIO - CSCF 14667/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

Secretaria da Administracao Penitenciária

ALEX DA SILVA BENEDITO - RG 411369891 - AG SEG PENIT CLASSE I - CSCF 14657/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

SECRETARIA DA EDUCACAO

ADRIANO MORAES AMARANTE - RG 34412695 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF / - PREJUDICADO

AMANDA DA ROCHA MARQUES - RG 48236211 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14686/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

ANA LUCIA DA COSTA SANDRI - RG 23198739 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14693/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

ANA PAULA NAGATOMO - RG 43075305 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14655/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

BENEDITO MOREIRA SILVA - RG 94633140 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14676/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CARLOS YAITI MIYANO - RG 11876048 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14660/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CEANIRA KER DA SILVA SOUZA - RG 28090064 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14666/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CINTIA PEREIRA DOS SANTOS - RG 44492640 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14652/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CLAUDIA VIANNA SILVA - RG 16606584 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14694/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

EDSON BUENO DA SILVA - RG 30512062 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14679/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

ELIANA GAMA - RG 43014120 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14649/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

ERICA APARECIDA DUTRA - RG 22987970 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14687/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

FABIANA MUNHOZ PINHEIRO BERNARDES - RG 44355770 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14654/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

FABRICIO MATRIGANI GUTIERRES - RG 29028178 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF / - PREJUDICADO

FATIMA ROCHA - RG 14356636 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14685/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

FRANCISCA NORONHA DE LIMA - RG 55503881 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14677/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

HELOISA HELENA GADIOLI PASIN - RG 36317455 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA II - CSCF 14684/2017 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

IARA RODRIGUES DESTRO - RG 74